

Pessoas em situação de rua: vocabulário e desrespeito na mídia impressa¹

Elza Aparecida de Oliveira Filha- Universidade Positivo²

Léa Tosold- Universidade de São Paulo³

Lennita Oliveira Ruggi - Universidade Federal do Paraná⁴

Rosimeire Barboza Silva - Centro de Estudos Sociais (UC)⁵

Resumo

O artigo visa investigar as estratégias de enunciação midiáticas sobre a população em situação de rua, tendo como referência reportagens publicadas em oito jornais paulistanos (2008 a 2010) sobre a atuação da organização Aliança pelo Centro Histórico em São Paulo. A partir da Análise Crítica do Discurso e dos Estudos Críticos do Discurso, argumentamos que o acesso desigual à comunicação social e as estratégias discursivas dos membros da Aliança contribuíram para a consolidação de um imaginário público desfavorável à ocupação do Centro pela população em situação de rua e para o fortalecimento da ideia de que um Centro Histórico limpo, livre de sujeira, ordenado e seguro só é possível mediante a “remoção de pessoas” que seriam as responsáveis diretas pela desordem urbana e a insegurança.

Palavras-chave: jornalismo impresso; análise de discurso; pessoas em situação de rua

Introdução

Latino confessa: “Já passei fome e morei com mendigos!” – essa foi a chamada principal na capa da revista *Tititi* em 13 de abril de 2012. A entrevista de quatro páginas, repleta de fotos do cantor em um iate, complementa: “Latino, que chegou até a morar na rua na época mais dura de sua existência, encontrou o equilíbrio, o qual preserva como uma joia preciosa. A música é o seu vício. E olha sem nenhuma saudade – mas também, sem culpa – para o passado e as *pisadas de bola* que o levaram, inclusive, a perder todo o dinheiro que ganhou na primeira fase de sucesso” (DELFINO, 2012, p.17, *itálicos adicionados*).

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, professora do curso de Jornalismo da UP. Email: elza@up.com.br

³ Doutoranda em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP). Email: leatosold@gmail.com.

⁴ Professora de Sociologia da Educação na UFPR, mestre em Sociologia pela mesma instituição. Email: lennitaruggi@hotmail.com

⁵ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES/UC). Email: rosebs@ces.uc.pt.

Interessante estratégia discursiva que transforma a pobreza de um famoso cantor em segredo a ser “confessado” – mas que ainda assim não iguala a humanidade das celebridades com a das pessoas em situação de rua: Latino viveu “com mendigos”, não é um deles. Num percurso compartilhado por diversos/as jovens de baixa renda no Brasil, o cantor não encontrou nenhuma rede de proteção social ao sair da casa do pai, ainda adolescente, anos antes de se tornar músico. A imprecisão na descrição temporal, todavia, insinua que foram “pisadas na bola” individuais que levaram Latino “até” a rua. As entrelinhas ajudam a alimentar o imaginário de responsabilização da população de rua por sua situação.

Tititi é um apenas um exemplo da forma desrespeitosa como o discurso hegemônico descreve as pessoas da rua, algo que tem nos inquietado como pesquisadoras, ativistas e cidadãs. Em diversos setores da sociedade brasileira, a problemática do acesso às estruturas discursivas e de comunicação é hoje tema candente. Devido ao quase monopólio que alguns grupos empresariais exercem na produção da comunicação social, uma crescente reivindicação de regulação da mídia vem ocupando espaço expressivo nos debates.⁶ Nossa intenção nesse artigo é investigar as estratégias de enunciação midiáticas no tocante à população em situação de rua, tomando como referência as reportagens publicadas entre 2008 e 2010 sobre a atuação da organização Aliança pelo Centro Histórico em São Paulo. A forma como as propostas da Aliança foram noticiadas revela o processo de identificação entre interesses de um determinado grupo social e a construção discursiva midiática.

A partir da Análise Crítica do Discurso e os Estudos Críticos do Discurso (van Dijk 1994, 2005a, 2005b e 2010; Ruth Wodak, Norman 1997; Fairclough 2008, 2003) pretendemos avaliar a cobertura de oito jornais editados na cidade de São Paulo e suas referências à Aliança pelo Centro Histórico, atentando para a representação das pessoas em situação de rua. A intenção⁷ é colocar em relevo como o acesso desigual à comunicação social e as estratégias discursivas dos membros da organização contribuíram tanto na consolidação de um imaginário público desfavorável à ocupação do Centro pela população em situação de rua, quanto no fortalecimento da ideia de que um Centro Histórico limpo,

⁶ Essa regulação, que tem por um lado o objetivo de controlar a forma como a edição e produção de notícias vêm sendo realizada, por outro lado visa democratizar o acesso aos meios de comunicação, através de uma redistribuição equitativa dos recursos financeiros nesse setor e a criação de veículos que favoreçam a expressão e representação de grupos historicamente ausentes na mídia hegemônica.

⁷ “O núcleo central da Análise Crítica do Discurso é saber como o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e a injustiça social determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (van Dijk, 1994: 6).

livre de sujeira, ordenado e seguro só é possível mediante a “remoção de pessoas” que seriam as responsáveis diretas pela desordem urbana e a insegurança.

1. Marco teórico: discursos em conflito

A palavra discurso carrega, etimologicamente, a ideia de percurso, de movimento. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”, define Eni Orlandi (2000:15). Segundo a autora, a análise de discurso procura compreender a língua fazendo sentido, “enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (idem).

A Análise Crítica do Discurso é uma ferramenta multidisciplinar que, de acordo com van Dijk (2010), busca estabelecer a forma,

como o conhecimento se expressa, pressupõe-se, omite-se, distribui-se, etc., nos textos e na fala, por exemplo em forma de pressuposições, de estruturas de tema e comentário ou de foco, na diversidade de níveis e detalhes de descrição, etc. Esta análise “estrutural” do discurso pode incluir um componente cognitivo se examinamos fenômenos tais como as representações e os processos mentais subjacentes, ou a forma na qual a representação do conhecimento influem na formação e transformação dos modelos mentais e o conhecimento geral dos receptores. Um enfoque crítico também incorpora um componente social, já que é possível pesquisar a relação entre essas representações do conhecimento e as estruturas e relações de poder, por exemplo, em grupos, instituições e organizações. Neste sentido, pode ser interessante comparar, por exemplo, que conhecimentos são objeto de uma atenção especial no discurso e quais recebem um tratamento marginal (van Dijk, 2010: 179).

Orlandi concorda com o caráter multidisciplinar da análise de discurso, salientando que faz a junção entre várias ciências ao trabalhar a relação entre língua, discurso e ideologia – sempre tendo por base o fato de que a língua produz sentidos *por* e *para* os sujeitos.

Em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, essa nova forma de conhecimento coloca questões para a Lingüística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo em que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Lingüística (Orlandi, 2000:16).

Os processos de cognição criados através de estratégias discursivas presentes nos textos jornalísticos e no material de divulgação institucional (nesse caso específico, da Aliança pelo Centro Histórico), conformam o núcleo das questões pesquisadas pelos Estudos Críticos do Discurso:

Quer dizer, o conhecimento não é um produto natural que «cresce» nas pessoas, e sim que se ensina e se aprende, gera-se e se utiliza, vende-se e consome-se. Em todos esses processos de interação e transação estão implicadas regras sociais, grupos e organizações: pais, escolas, meios e empresas de comunicação, políticos etc. Em outras palavras, as perguntas que nos fazemos são as seguintes: Quem produz qual conhecimento e para quem? (...) Quem pode aceder passiva ou ativamente a qual tipo de texto ou formas de falar e de comunicar-se na sociedade? De quem são os discursos tidos como legítimos, e de quem são os tidos como ilegítimos? (van Dijk, 2010:176).

Segundo Fairclough (2008), não é viável desconhecer a importância da linguagem nas operações de poder e hegemonia. Neste sentido, o discurso de atuação da Aliança pelo Centro Histórico, presente nos mais diversos meios de comunicação social, ao mesmo tempo em que se utiliza do respeito aos direitos humanos como uma estratégia retórica, colabora com o esvaziamento dos direitos da população em situação de rua, reduzindo-os a algo não-humano, a quem é retirada toda a capacidade de ação e autonomia. Esse conhecimento que vai sendo construído, de forma implícita, paulatina e constante é importante também para compreendermos porque boa parte da sociedade que transita pelo Centro da capital paulista se mostra aliviada com a implementação de políticas de viés claramente higienista.

Nosso interesse pela imagem da população de rua nos meios de comunicação foi construído ao longo de um projeto mais amplo. Comprometidas com a denúncia de casos de violência contra as pessoas em situação de rua, deparamos com a enorme dificuldade de acesso a dados sobre ocorrências policiais, denúncias ou mesmo homicídios junto às instâncias estatais responsáveis. Um grande vazio estatístico. Impossibilitadas de agregar dados da(s) polícia(s), dos IML's ou do poder judiciário, nos voltamos para as produções midiáticas como fonte principal de denúncia e registro. Realizamos um levantamento das notícias veiculadas entre 2004 e 2010 em dois dos jornais de maior circulação no Brasil (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*). Averiguamos mais de 100 casos de violência reportados, incluindo 75 assassinatos, a maioria perpetrada com níveis significativos de crueldade (ataques com fogo, pedras, espancamentos, execuções sumárias com arma de fogo e abusos sexuais). A autoria da maior parte dos crimes não foi solucionada e os jornais raramente dão continuidade à cobertura.

Em pesquisa com ocorrências envolvendo população em situação de rua nos jornais paranaenses entre 2010 e 2012, Tomás Gomes de Melo constata igualmente que a maioria das notícias indica a existência de uma investigação, mas os detalhes de desdobramentos não são veiculados. A não continuidade das informações culminaria “em certa fórmula que

se repete: pessoas morrem, os fatos são noticiados, indica-se a continuidade das investigações, o fato nunca volta a ser abordado” (Melo, 2012: 6). O autor salienta que mortes por hipotermia entre a população de rua são com frequência catalogadas na editoria “Clima”, indicando a primazia do frio em detrimento da vida dessas pessoas⁸. Quando as notícias estão relacionadas a crimes com arma branca ou espancamento, “o consumo de substâncias psicoativas e a própria situação de rua é utilizada como forma de identificar os casos. Assim, as ocorrências de morte violenta por parte das pessoas em situação de rua, são vistas como se fossem autoexplicativas, em virtude do consumo de drogas” (idem:10). Segundo o autor, “pessoas que estão na rua desvincilhadas de certo padrão de sociabilidade hegemônica, são empurradas a uma condição de negação sistemática do reconhecimento de sua humanidade” (idem:14).

Pessoas em situação de rua são o Outro por excelência da população urbana brasileira. Sua existência nega a cosmologia casa-família-trabalho-lazer e supostamente põe em risco a segurança das pessoas “de bem”. O processo de estigmatização, profundamente preconceituoso, é calcado em valores estéticos, éticos e políticos que negam a humanidade do Outro na afirmação mesma da identidade dos/as que se sentem em perigo. É em larga medida a defesa dos “nossos direitos” que alimenta intervenções violentas e brutais contra os/as potenciais criminosos ameaçadores. O imaginário sobre segurança pública no Brasil, de fato, está fortemente calcado na construção do “bandido-vilão”, o Outro que põe em risco a propriedade e a vida da classe média – sendo os moradores de rua alvo frequente desses estereótipos desumanizadores (Caldeira, 2000).

Interessa-nos investigar as estratégias discursivas que sustentam tais processos de desumanização. Com esse intuito, faremos uma breve apresentação da Associação Viva o Centro e da iniciativa Aliança pelo Centro Histórico, dando, a seguir, atenção aos discursos e textos responsáveis pela divulgação das ações preconizadas publicadas nos jornais.

⁸ Algumas das manchetes levantadas por Melo são representativas do regime de enunciação dos jornais investigados: “Frio no sul pode ter matado mais duas pessoas”; “Frio mata 8 pessoas em 3 dias no sul do país”; “As baixas temperaturas podem ter feito a segunda vítima fatal deste inverno na capital”; “Morador de rua morre por causa do frio no Paraná”; “Andarilho pode ter morrido de frio”; “Queda brusca de temperatura pode ter matado uma pessoa por hipotermia em Curitiba (PR)” (apud Melo, 2012: 4-5).

2. Contexto insitucional: Associação Viva o Centro e Aliança pelo Centro Histórico

A Associação Viva o Centro foi criada em 1991, sendo articulada pelo então presidente do Banco de Boston, Henrique de Campos Meirelles⁹. De acordo com a própria organização, seus objetivos são “o desenvolvimento da Área Central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população”¹⁰. Um decreto¹¹, assinado em 20 de março de 2000 pelo então vice-presidente da república, Marco Maciel, declarou a Associação Viva o Centro e outras entidades consideradas beneficentes como de utilidade pública.

Subvencionada por uma lista de mais de 300 associados¹² com explícitos interesses financeiros no centro da cidade, a Associação tem como baliza uma série de princípios, que busca demonstrar como a iniciativa privada pode se beneficiar de um ambiente democrático onde a cidadania é exercida de forma plena:

A Associação Viva o Centro defende como princípios que: i) a diversidade funcional e humana é fator decisivo de desenvolvimento e vitalidade da metrópole e de seu Centro; ii) só a metrópole socialmente justa e politicamente democrática pode ser funcional e competitiva; iii) a qualidade do espaço público é um requisito básico para o pleno exercício da cidadania; iv) a identidade da metrópole resulta do processo pelo qual os valores do seu patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e econômico são percebidos e apropriados por seus cidadãos; v) o Centro metropolitano é o local por excelência onde investimentos públicos e privados devem complementar-se em benefício de um harmônico desenvolvimento urbano, social, cultural e econômico da metrópole¹³.

Ana Fernandes (2001) aponta que a Associação Viva o Centro pertence ao novo consenso homogeneizante do vocabulário urbanista, que aprisiona o discurso político, empresarial, midiático e acadêmico, pautando as possibilidades de construção das cidades contemporâneas. Herdeiro das críticas ao racionalismo, ao funcionalismo e ao zoneamento elaboradas na década de 1960, o novo consenso deu conteúdo (neo)conservador a bandeiras com viés igualitário e alcançou hegemonia entre 1980 e 1990. Potencializado pelo poder de intervenção e patrocínio dos organismos internacionais e preconizando valores urbanos

⁹ Meirelles foi reinserido na presidência da Viva o Centro na gestão 2011-2013.

¹⁰ Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/index.htm>

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/Dnn8897.htm

¹² A lista associados conta com apoiadores tão distintos como a BM&F Bovespa, o Banco Nossa Caixa, a Faculdade Anhembí-Morumbi e a Secretaria de Estado da Justiça. A lista completa pode ser consultada em: <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/associados.htm>

¹³ Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/index.htm>

como “história”, “diversidade” e “patrimônio”, esse novo consenso “tende a construir um universo homogeneizante e relativamente fechado em termos de perspectivas sociais e estéticas” (Fernandes, 2001:326). De acordo com a autora:

O discurso ancorado na chamada qualidade de vida desdobra-se em atributos urbanos em que limpeza, regularidade, segurança e prazer dos espaços são condições necessárias à evasão do cotidiano. As dimensões do lazer e da cultura se interligam. Os museus, as livrarias, as lojas de discos, os complexos de cinemas, os *playlands*, os centros de compras, os centros de convenções, parques, praças e jardins, imagens por todo o lado se multiplicam em territórios centrais das cidades e devem cumprir, ao mesmo tempo, um papel de território de evasão e de território securizante, garantido por uma expansão de câmeras de vigilância explícita ou disfarçada e por um controle bastante rigoroso do uso do espaço. (...) A cidade objeto de desejo se vê insistentemente emulada por uma produção mercantil que tem invadido todos os setores de produção de bens imateriais, a começar pela própria urbanidade (Fernandes, 2001: 322).

Se bem que não ressaltado de forma explícita em seus objetivos e princípios, a racionalização dos recursos presentes no Centro Histórico, com sua rede nevrálgica de serviços e transportes e a requalificação da área, são os pilares de atuação da Associação, que vê o investimento público e privado nessa região como essencial para a atração de novos e grandes empreendimentos imobiliários, que nas décadas 1990 e 2000 migraram para polos de crescimento urbano afastados do centro da capital.

E é justamente na compreensão do que seja a racionalização dos recursos existentes no Centro que emergem as principais contradições presentes na atuação da Associação. Como apontam os estudos de Heitor Frugoli Jr. (1998, 2001a e 2001b), os interesses em causa na Associação – se bem que poderiam beneficiar a região – acabam explicitando as disputas existentes entre os diversos públicos que compõem o Centro Histórico, num claro desfavorecimento das classes populares:

Como já se disse, a Viva o Centro revela-se um campo fértil para a visibilidade tanto da complexa negociação de determinados consensos em torno da requalificação da área central de São Paulo, quanto da trama dos conflitos decorrentes desse mesmo processo. Tal projeto, entretanto, passa pela atuação hegemônica de um empresariado, em princípio preocupado também com questões sociais ligadas à cidadania, mas que em determinados momentos cruciais tem optado por apoiar, através de acordos políticos articulados sob a forma de lobby, intervenções urbanas que dialogam bastante com interesses mais gerais do mercado. Essa relação entre cidadania e mercado, portanto, constitui aqui um campo de tensões bastante problemático (Frugoli Jr, 2001a:62).

Esse campo de tensões foi acirrado a partir da criação das Ações Locais, outro braço de atuação da associação que busca congrega os proprietários de imóveis do Centro e que

compõem uma espécie de base orgânica: “Para a maioria desses grupos, que constituem a ‘organicidade de baixo’ da Associação [Viva o Centro], as questões, não só a dos camelôs, mas a da pobreza no Centro, é, antes de mais nada, um caso de polícia” (Frugoli Jr, 2001a:61).

No entanto, não é apenas o descuido na análise de questões relacionadas a problemáticas estruturais mais amplas que dão o tom nas práticas da Associação. Frugoli Jr.(1998:6) desenvolve o argumento de que: “embora a Associação frise que a defesa do interesse de seus associados representa interesses mais gerais de outros grupos da região central da cidade e mesmo da metrópole, é necessário analisar como, ao assumir certos discursos e práticas com relação às classes populares – como um todo, ou quanto a grupos sociais integrantes das mesmas –, tais procedimentos, por conta de certa diversidade interna da Associação e dos elos estabelecidos com o poder público, podem resultar em práticas de exclusão social”.

Seguindo a pista sugerida por Heitor Frugoli Jr. (1998), buscaremos analisar como, ao assumir o discurso de uma zeladoria urbana para o Centro de São Paulo dentro da iniciativa conhecida por Aliança pelo Centro Histórico, a Associação Viva o Centro explicitou suas práticas em relação às classes populares que vivem e ocupam essa região; e de forma mais agonística, sua proposta de reclusão social da população em situação de rua como medida pública necessária para a viabilização de um Centro limpo, ordenado e seguro.

Em 2009 a Associação Viva o Centro implementou, no Triângulo Histórico de São Paulo (trecho entre a Praça da Sé e os largos São Bento e São Francisco), a iniciativa batizada de Aliança pelo Centro Histórico. Tal iniciativa, tinha como objetivo disponibilizar “24 horas por dia, 7 dias por semana, os serviços [de]: assistência a pessoas em situação de rua, segurança, limpeza e iluminação, manutenção de pisos e áreas verdes, controle do uso indevido do espaço público e poluição visual e sonora”. E, de forma mais ampla, “melhorar a qualidade de vida de quem mora, trabalha, frequenta ou visita a área do Centro de São Paulo conhecida como Triângulo Histórico, bem como facilitar o funcionamento das empresas e organizações ali estabelecidas e incrementar ainda mais as atividades culturais, de lazer e de turismo já fortes no local, em benefício de toda a cidade”¹⁴.

¹⁴

Material de divulgação em: http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/200809_c_infonline.htm

Embora com objetivos amplos e ambiciosos, a Associação Viva o Centro buscou não detalhar a forma como tais metas seriam alcançadas e, ao contrário, enfatizou o pioneirismo da proposta na cidade, inspirada nos BID's (*Business Improvement Districts*), experiência nova-iorquina, pioneira na articulação da iniciativa privada com o poder público.

Ao mesmo tempo em que deu ênfase à responsabilidade social do empresariado da região, a Associação tratou de salientar a importância de uma gestão compartilhada da cidade. Reservou também um número de sua revista trimestral, a URBS, para preparar o terreno dessa discussão sob um sugestivo título “Gestão urbana: a Prefeitura pode cuidar de tudo?”. A resposta a essa pergunta é “não”, e a solução encontrada foi a estratégica aliança entre o poder público e entidades privadas, como apontam: “[atuar sob] um novo modelo de gestão urbana: o compartilhamento da gestão urbana entre as autoridades municipais e a iniciativa privada surgiu como forma de requalificar áreas da cidade que sofriam com a crescente suburbanização e é, hoje, muito comum em várias partes do mundo, especialmente nos EUA” (Viva o Centro, 2009a: 27).

Os Informes da Associação veicularam detalhes sobre suas parcerias, responsabilidades e informações de como o projeto de zeladoria urbana seria organizado e concretizado: “a implementação da Aliança representará inequívocos benefícios aos associados da AASP [Associação dos Advogados de SP], fundada há 65 anos, e a todos aqueles que precisam circular pelas ruas da região central, na medida em que todos encontrarão um ambiente absolutamente seguro, limpo e livre de ocupações indevidas dos espaços públicos¹⁵”

De acordo com o material de divulgação, cada parceiro possui atribuições claras: i) ao governo do estado cabe a responsabilidade pela Segurança Pública, com o compromisso de que seja implantado um programa de policiamento comunitário e que seja intensificado o policiamento normal existente; ii) a iniciativa privada fica responsável pela implantação de uma Central 24 horas, a manutenção da equipe de Agentes de Qualidade Total (zeladores urbanos), bem como o apoio ao turista e ao visitante, que passa a compartilhar com os governos municipal e estadual e; iii) ao governo municipal é atribuída a responsabilidade de implantação de um programa de qualidade total nas áreas de zeladoria urbana – varrição, coleta de lixo, lavagem dos logradouros públicos, iluminação e controle da ocupação irregular do espaço público com a implantação da GCM (Guarda Civil Metropolitana)

¹⁵ Material de divulgação em: http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/200809_c_infonline.htm

comunitária – além da segurança de trânsito. Dessa forma foi planejada a criação na cidade de São Paulo, mais especificamente no Triângulo Histórico da capital, uma iniciativa que buscava, por meio da zeladoria urbana, uma cidade “ideal”, limpa, segura e pronta para ser disfrutada por (quase) todos os cidadãos e cidadãs da metrópole.

No entanto, como foi introduzido brevemente no início de nosso texto, tal iniciativa não foi recebida por toda a sociedade da mesma maneira. Houve um discurso ideológico hegemônico a favor dos benefícios resultantes das ações da Aliança pelo Centro Histórico nos principais veículos de comunicação da cidade, mas a população em situação de rua organizada, bem como seus parceiros, tiveram papel importante na contestação de tais ações. Foram adotados, inclusive, dispositivos jurídicos como as representações enviadas ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana) que, embora com uma repercussão muito mais modesta na imprensa, conseguiram pautar os debates que seriam realizados nos anos posteriores a respeito da inclusão das perspectivas das classes populares na gestão do espaço urbano, nomeadamente dos representantes organizados da população em situação de rua.

3. Aliança pelo Centro Histórico na construção da hegemonia discursiva

A construção de modelos mentais e, a partir desses, a produção de conhecimento sobre determinado tema, faz parte da elaboração de estratégias discursivas. Com a Aliança pelo Centro Histórico, as estratégias discursivas adotadas pela Associação Viva o Centro e seus parceiros - nos mais diversos meios de comunicação (boletins internos, informes, website e matérias jornalísticas) - foram fundamentais para criar a ideia de uma suposta “solução final” para os problemas da região, repetindo, reiteradamente, a associação linear entre desordem/violência e ordem/paz.

O uso da linguagem é subjetivo e intersubjetivo e o processamento de um discurso não é só processamento de linguagem, mas também uma forma de conhecimento, que está sujeito a um controle e a uma autoridade. No caso da Aliança pelo Centro Histórico fica explícito que a autoridade epistêmica foi negada à população em situação de rua, cabendo à Associação Viva o Centro um compartilhar implícito de “conhecimento sobre essa população”, co-responsabilizando leitores e leitoras na construção desse conhecimento e, dessa forma, eximindo-se de um enfrentamento público que pudesse responsabilizá-la pela construção de um conhecimento segregatório “sobre” (a população em situação de rua).

Este processo hermenêutico torna palpáveis as estratégias discursivas da Associação Viva o Centro, que implicitamente sugerem um conhecimento tácito sobre a situação de rua, acessado simplesmente pelo olhar e compartilhado por qualquer pessoa que caminha pelo Triângulo Histórico¹⁶. O conhecimento implícito sobre a situação de rua que vai sendo sugerido é fundamental para outra estratégia utilizada nas reportagens: a generalização. A partir desse conhecimento mediado apenas pelo olhar (“basta olhar o Centro da cidade”), qualquer transeunte se transforma em testemunha ocular e especialista no fenômeno, podendo generalizá-lo a todas as pessoas que se encontram em tal situação.

De acordo com o levantamento realizado, um total de 32 reportagens, matérias e notícias foram publicadas sobre a Aliança pelo Centro Histórico durante os anos de 2008, 2009 e 2010¹⁷. Como *corpus* do presente artigo, optamos por trabalhar com um exemplo de cada jornal, escolhendo o maior texto publicado – somando o conjunto de imagens e conteúdo textual. De acordo com teóricos do jornalismo (Lage, 2005; Pena, 2005; Traquina, 2002), os maiores espaços editoriais são ocupados por temas aos quais o veículo noticioso deseja dar destaque, ou seja, pretende-se que o assunto seja agendado¹⁸ pelos leitores. A angulação e o conteúdo apresentado, evidentemente, colaboram também para a formação da opinião do público.

Relação das reportagens, matérias ou notícias avaliadas, por ordem cronológica de veiculação:

Data	Jornal	Título
09/06/08	Valor Econômico	Cidade de São Paulo tenta criar espaço de utopia urbana
10/06/08	Folha de S. Paulo	SP faz parceria para banir mendigos e camelôs do centro
10/06/08	Destak	PG1: Centro histórico testa projeto de qualidade total e tolerância zero PG2: Prefeitura quer ‘ilha de qualidade total’ no centro

¹⁶ Uma das estratégias semióticas presentes nas reportagens que analisamos foi a utilização de fotografias de corpos de pessoas em situação de rua enrolados em cobertores ao lado de sacos de lixo e sujeira, que restringem, pela falta de contato olho no olho, qualquer remota possibilidade de empatia ou sensibilização pela sua situação.

¹⁷ O *Estado de S. Paulo* publicou um total de 4 matérias (2 em 2008 e 2 em 2009); o *Jornal da Tarde* publicou 6 matérias (3 em 2009 e 3 em 2010); o *Diário do Comércio* foi o veículo que mais publicou informações sobre a Aliança pelo Centro Histórico, perfazendo um total de 10 matérias (1 em 2008, 5 em 2009 e 4 em 2010); o jornal *Destak* publicou 5 (2 em 2008, 2 em 2009 e 1 em 2010); o *Metrô News* publicou 2 notícias em 2009; a *Veja S. Paulo* também reservou 2 matérias para a iniciativa em 2009; o *Diário de São Paulo* publicou 1 matéria em 2008 e 1 em 2010; a *Folha de S. Paulo* publicou 1 notícia em 2008 e o jornal *Valor Econômico* publicou 1 matéria de página inteira em 2008. No presente artigo, optamos por não trabalhar com a *Veja*.

¹⁸ A teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, defende que os meios de comunicação tem grande poder de definir a pauta de conversas da sociedade (Traquina, 1995).

		histórico
14/06/08	Diário de S. Paulo	Prefeitura de SP quer Centro mais limpo e sem mendigos
16/01/09	Metrô News	“Aliança pelo Centro” prevê qualidade
27/05/09	Diário do Comércio	No Centro, triângulo histórico antecipa a São Paulo ideal
20/08/09	Jornal da Tarde	Zeladores urbanos vão cuidar do centro
20/08/09	Estado de S. Paulo	Zeladores vão detectar problemas do centro velho

A reportagem do *Valor Econômico* ocupa o maior espaço editorial entre todos os exemplos aqui avaliados: uma página inteira (formato *standard*), com ilustração do mapa da área na qual a “Prefeitura quer Centro Histórico sem lixo nas ruas, livre de violência, camelôs e mendigos”, como informa a *gravata* ¹⁹. A utopia urbana, indicada no título, não tem espaço para camelôs e mendigos, isto é, não tem lugar para as parcelas menos favorecidas da sociedade. A reportagem informa que os mendigos “serão recolhidos a um albergue, longe do Triângulo”. E, citando o coronel PM Álvaro Camilo, comandante do policiamento da área Centro, o jornal identifica como causas da violência “a desordem social (desocupados, população de rua, mendigos)” e a “desordem física (prédios abandonados, terrenos baldios, ambientes degradados)”. A segurança é um dos tópicos mais ressaltados no texto, lembrando que a violência já é pequena na área e que, a partir da implementação das novas medidas, não haverá “nem pequenos furtos”. O *Valor Econômico* é a principal publicação impressa diária destinada a empresários dos mais variados setores, muitos deles com interesses diretos na ‘limpeza’ e ‘valorização’ do centro histórico paulistano.

A matéria da *Folha de S. Paulo* cita já na segunda frase a organização Aliança pelo Centro Histórico e lembra que, em um ano eleitoral (2008), a Prefeitura se alia ao governo do Estado e à iniciativa privada para “banir o lixo, a violência, os camelôs e os moradores de rua”. A construção, inegavelmente, coloca no mesmo patamar a sujeira, a criminalidade, as pessoas que tentam sobreviver do pequeno comércio ambulante e a população em situação de rua – todos indesejáveis na região onde pretende-se retomar a cidade de São Paulo “como era em 1810”. As fontes presentes no texto são oficiais: o secretário das Subprefeituras, o mesmo coronel PM da reportagem anterior, o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil e o representante da Associação Viva o Centro. Este último informa

¹⁹

pequeno texto que complementa o título, colocado acima ou abaixo deste

que o projeto custará um milhão de reais por ano aos cofres da organização e o jornal não indaga como este dinheiro será arrecadado.

O *Destak*, veículo tabloide de distribuição gratuita, foi o segundo jornal em termos de número de inserções a respeito do tema durante o período pesquisado. A reportagem de junho de 2008 é a manchete de primeira página e preenche metade da segunda página da edição. Uma imagem feita do alto ocupa quase um terço da capa e mostra um trecho do centro com calçadão limpo, árvores nas laterais, pessoas caminhando – tudo aparentando tranquilidade, vista de longe. A manchete – “Centro histórico testa projeto de qualidade total e tolerância zero” – é seguida de uma informação complementar: a ronda e a manutenção 24 horas por dia “serão pagas pelas empresas”. O título da página seguinte – “Prefeitura quer ‘ilha de qualidade total’ no centro histórico” – é acompanhado por um texto que salienta a parceria entre o poder público e a iniciativa privada. A única fonte citada é o representante da Associação Viva o Centro que, de acordo com o jornal, “não divulgou” o custo de implementação do projeto. As informações são complementadas com a ilustração de um mapa da área e uma fotografia de uma calçada danificada.

A matéria publicada no *Diário de São Paulo* está em uma única coluna, sem grande destaque e sem fotografia. Repete os termos dos textos já abordados, reforçando que a iniciativa ocorre poucos meses antes das eleições e cita que a intenção da Prefeitura é “deixar a região mais limpa e organizada, com intensificação das ações de limpeza, atendimento dos moradores de rua e remoção dos camelôs”. Como fontes aparecem o subprefeito da Sé e o representante da Associação Viva o Centro.

No *Metrô News*, outro jornal tabloide de distribuição gratuita, a iniciativa de limpeza do centro aparece em página inteira, publicada em janeiro de 2009 – constata-se, portanto, que o projeto não foi implantado antes das eleições do ano anterior, conforme o prometido por autoridades e empresários. O título ““Aliança pelo Centro” prevê qualidade” ostenta logo abaixo uma fotografia na qual são vistas seis pessoas, sentadas ou deitadas na calçada junto a uma praça: “No projeto, haverá atenção permanente às pessoas em situação de rua”, informa a legenda. Do lado oposto da página, uma foto mostra um homem de gravata, postura firme, que declara na legenda: “O sistema de gestão do Centro tem que ser mais dinâmico”. Trata-se de Marco Antonio de Almeida, superintendente da Associação Viva Centro, única fonte citada no texto.

O *Diário do Comércio* foi o veículo que mais abordou o assunto, com dez matérias em três anos. A principal delas, intitulada “No Centro, triângulo histórico antecipa a São Paulo ideal”, ocupa uma página inteira fartamente ilustrada: são 15 fotografias e mais um mapa da área. O texto informa que a região “servirá de campo de prova para a São Paulo dos sonhos: uma cidade sem lixo nas ruas, sem buracos nas calçadas, sem camelôs e sem moradores de rua”. Ali se construirá “um espaço público de primeiro mundo”, capaz de “receber de volta os paulistanos e os turistas”. Dez das 15 imagens têm conteúdo negativo e há até mesmo um conjunto de cinco fotos sob a tarja “problemas a serem atacados” focando: uma lixeira quebrada, camelôs trabalhando, roupas nos galhos de uma árvore, pessoas em situação de rua deitadas sobre papelões e sacos de lixo sem recolhimento. A mensagem de higienização completa está patente no discurso textual e imagético: há que retirar o lixo e a sujeira, na forma de dejetos e de pessoas indesejáveis.

No *Jornal da Tarde* a maior publicação data do início de operação da zeladoria criada pela Associação Viva o Centro. Com o título “Centro ganha hoje 18 zeladores”, a matéria ocupa o alto da página, espaço nobre dos impressos, e está acompanhada por uma fotografia dos zeladores devidamente uniformizados. O texto explica a sistemática de funcionamento da zeladoria e tem como única fonte identificada, novamente, o representante da entidade, Marco Antonio de Almeida. A questão financeira é melhor explicada: o custo da operação será de R\$ 70 mil (mensais?), bancados por quatro empresas localizadas no Triângulo Histórico. “As demandas vão desde camelôs, lixo, iluminação, varrição até moradores de rua”, diz a matéria. A competência e autoridade técnica da Associação Viva o Centro para coordenar os agentes de zeladoria urbana também é frisado, responsabilizando-se diretamente por aquilo em que falha o poder público.

Na mesma data, *O Estado de S.Paulo*, que pertence ao mesmo grupo editorial do veículo mencionado acima, publicou informações semelhantes, embora com menor destaque. A matéria ocupava apenas uma coluna e não tinha fotografia. Diferentemente do jornal co-irmão, o *Estadão* também não colocava, em seu texto, todas as demandas da região central no mesmo patamar. Questões como iluminação definiente, calçadas esburacadas, recolhimento de lixo e falta de segurança serão, de acordo com o texto, anotadas pelos zeladores e encaminhadas para “os órgãos públicos competentes”. Em frase separada, a notícia informa que “caso haja problemas envolvendo moradores de rua, será

acionada a Secretaria de Assistência Social”. Novamente aqui, as duas fontes ouvidas são oficiais: um representante da Associação Viva o Centro e outra da Ação Local Sé.

4.Considerações finais: direitos (des)humanos

Os textos referenciados acima exemplificam o conjunto de material jornalístico coletado e a construção discursiva prevalente em sua totalidade. As pessoas em situação de rua em nenhum momento são tratadas como sujeitos de direitos, apenas como problema a ser controlado e destinado a outro ponto da cidade. Em todas as matérias, nunca foram entrevistadas e nem incluídas como uma comunidade epistêmica. Da mesma forma, não foram ouvidas as entidades representativas desta população ou os segmentos de defesa dos direitos humanos.

A ênfase dos textos está na representação positiva da ocupação do Centro pelos paulistanos e a “ocupação irregular” pelos Outros, a quem o centro de São Paulo definitivamente não pertence. As construções textuais mostram limpeza como sinônimo de ordem e consequentemente de paz social; enquanto a população em situação de rua é representada como a encarnação da desordem, da sujeira e da violência.

A iniciativa de higienização do Triângulo Histórico gerou reações como a constituição da organização Aliança pela Vida:

Cidadãos que habitam as ruas do centro e que tentam se proteger do frio deste inverno estão sendo desrespeitados e agredidos. A qualquer hora do dia ou da noite, têm suas roupas e cobertores confiscados ou molhados pelos jatos d’água dos carros-pipa da prefeitura, são obrigados a fugir dos sprays de pimenta que são lançados por policiais diretamente em seus rostos. Essa ação higienista não vê diferença entre o lixo ou os seres humanos aos quais só restam a rua para viver. Sem um teto, sem trabalho, sem adequada política pública de atendimento social, estas pessoas, especialmente desde o dia 3 de julho, vêm sofrendo seguidos atos violentos. Tudo isto às vésperas dos 4 anos do massacre dos 7 moradores de rua no centro de São Paulo. (Carta Aberta da Aliança pela Vida²⁰)

Dentro deste contexto conflituoso, coloca-se de forma contundente a realidade de desumanização e segregação que as pessoas em situação de rua sofrem em um processo de colonização urbana que tenta perpetuar-se por intermédio da instrumentalização da cultura positivista e protecionista dos Direitos Humanos. Mesmo estando presente na quase

20

Essa entidade foi constituída em julho de 2008 na capital paulistana para contrapor-se às ações organizadas pela Aliança pelo Centro Histórico. A Aliança pela Vida contava com o apoio de dezenas de movimentos sociais e organizações não-governamentais que trabalhavam com a população em situação de rua no centro de São Paulo.

totalidade das falas e textos sobre a população em situação de rua, o discurso dos direitos humanos continua funcionando como uma panacéia retórica, com pouca ou nenhuma aplicabilidade junto a essa população, já que continuam sendo definidos como um *a priori*, expurgando de sua construção as práticas e lutas políticas levadas a cabo por esse contingente.

No caso da população em situação de rua, o discurso dos direitos humanos é, em larga medida, utilizado paradoxalmente como instrumento de *violação* destes direitos. Os materiais jornalísticos aqui avaliados demonstram que a Aliança pelo Centro Histórico, em São Paulo, ao mesmo tempo que se diz defensora de um tratamento humano e digno a essa população, baseado nos direitos humanos, associa-a diretamente à insegurança e à criminalidade: “No aspecto social um elemento gerador de insegurança, em qualquer cidade do mundo, é a presença de moradores de rua, pedintes, flanelinhas e camelôs. No Centro essa presença é maior e mais visível do que em outras áreas da cidade, provocando maior sensação de insegurança” (Viva o Centro, 2009:4).

Referências

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed.34/Edusp, 2000.
- FERNANDES, Ana. Consenso sobre a cidade? In: BRESCIANI, Maria Stella (org.) **Palavras da cidade**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2001, pp.317-328.
- FLORES, Joaquín Herrera. **La reinención de los derechos humanos**. Editora Atrapasueños, Valencia, 2008.
- FRUGOLI JR., Heitor. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, Junho, 2001a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-47822001000100005&lng=en&nrm=iso>.
- FRUGOLI JR., Heitor. Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro. **Plural Revista de Ciências Sociais**. Volume 8, primeiro semestre de 2001b. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/08/artigo_2_Plural_8.pdf
- FRUGOLI JR., Heitor. O projeto da Associação Viva o Centro e as classes populares da área central de São Paulo. *Paper* escrito em Ago/1998, para apresentação no **XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS** (out./1998), no Grupo de Trabalho "Metropolização e governança". Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/frugoli.rtf
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevir, 2005
- MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. Desafios da impunidade: violação aos direitos humanos da população em situação de rua em Curitiba - PR. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos no **7º Encontro**

Anual da ANDHEP: Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Curitiba, 2012.
Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/andhep2012/arquivos/29_4_2012_17_12_9.pdf > Acesso em 2/jun/2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 2.ed. Campinas: Pontes, 2000

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005

TRAQUINA, Nelson. O paradigma do “agenda-setting”. Redescoberta do poder do jornalismo. In: **Revista de Comunicação e Linguagem.** Lisboa: Cosmos, 1995

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo.** Lisboa: Quimera, 2002

van Dijk TA. Política, ideología y discurso. **Quórum Académico**, 2005; 215-47. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=199016762002>.

van Dijk TA. [Discurso, conocimiento, poder y política. Hacia un análisis crítico epistémico del discurso.](#) **Revista de Investigación Lingüística** (Murcia), nº 13, de 2010.

van Dijk TA. [Ideología y análisis del discurso.](#) **Utopía y Praxis Latinoamericana** (Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela), 10, nº 29 (Abril-Junio, 2005), pp. 9-36.

Publicações da Associação Viva o Centro

VIVA O CENTRO, Associação. **Revista URBS.** Nº 47, Jul/Ago/Set – 2008a.

VIVA O CENTRO, Associação. **Revista URBS.** Nº 49, São Paulo, Jan/Fev/Mar, 2009a.

VIVA O CENTRO, Associação. **Revista URBS.** Nº 50, São Paulo, Jun/Jul/Ago – 2009b.

VIVA O CENTRO, Associação. **Revista URBS.** Nº 52, São Paulo, Out/Nov/Dez – 2009c.

VIVA O CENTRO, Associação. **Informe 240: Aliança pelo Centro Histórico**, 2008b.

VIVA O CENTRO, Associação. **Informe 241: Aliança pelo**